

FOLHA DE S.PAULO



Tribunal de Contas suspende licitação de R\$ 5 bi de terminais de ônibus em SP

Gestão Covas previa conceder 31 terminais e construir moradias sobre esses espaços

15.abr.2020 às 9h23

Thiago Amâncio (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/thiago-amancio.shtml>)

SÃO PAULO A Prefeitura de São Paulo suspendeu a concessão dos terminais de ônibus da cidade (<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/01/prefeitura-de-sp-vai-lotear-todos-os-terminais-de-onibus-da-capital.shtml>), contrato avaliado em R\$ 5,2 bilhões, por tempo indeterminado, após determinação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

A decisão foi publicada no Diário Oficial do município desta quarta-feira (15).

O edital publicado pela gestão Bruno Covas (PSDB) prevê a concessão dos 31 terminais de ônibus de São Paulo, dois pontos de parada (Clínicas e Eldorado), oito estações do Expresso Tiradentes e quatro corredores de ônibus, por 30 anos.

A abertura dos envelopes estava prevista para ocorrer nesta quinta-feira (16), depois de já ter sido adiada duas vezes —estava prevista inicialmente para 19 de fevereiro e depois foi adiada para 20 de março.

Despacho do conselheiro Domingos Dissei apontou 54 irregularidades no edital, entre elas a não garantia de que a menor contraprestação (valor pago pela prefeitura) levaria cada lote da concessão e a falta de clareza na situação

fundiária dos terminais. Disse ainda diz que faltam estudos técnicos que subsidiem a opção da prefeitura por conceder o serviço.

A prefeitura diz que está respondendo aos questionamentos do tribunal.

O edital da licitação prevê que a empresa vencedora será a responsável pela administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais e demais espaços ao longo de 30 anos.

A concorrência permite ainda que a iniciativa privada construa estruturas comerciais e até residenciais nesses espaços

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/gestao-covas-planeja-construcao-de-mais-de-500-apartamentos-sobre-terminais-de-onibus.shtml>). O vencedor da licitação poderá explorar o aluguel dos imóveis durante os 30 anos da concessão —mas a propriedade do local será da prefeitura, que poderá, ao fim desse prazo, conceder por mais tempo, vender ou transformar em habitação social.

A construção de moradias também foi questionada pelo tribunal.

Esta não é a primeira tentativa infrutífera de conceder os terminais de ônibus da cidade. Em abril de 2018, o recém-empossado prefeito Bruno Covas levou adiante um projeto de seu antecessor, João Doria, para conceder 24 dessas estruturas.

O projeto permitia que os concessionários construíssem prédios comerciais sobre os terminais (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/prefeitura-lanca-plano-para-conceder-terminal-de-onibus-no-centro-de-sp.shtml>), como shoppings e salas de escritórios, ou mesmo residenciais. Além disso, deveriam fazer uma requalificação do entorno em um raio de 600 metros a partir do terminal

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/covas-lanca-concessao-de-terminal-de-onibus-e-preve-cara-nova-a-ate-600-m.shtml>), com projetos de acessibilidade, requalificação de calçadas e construção de ciclovias.

O projeto, no entanto, não atraiu o interesse das empresas e acabou abortado, até a prefeitura elaborar o atual plano —que agora está suspenso.

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/tribunal-de-contas-suspende-licitacao-de-r-5-bi-de-terminais-de-onibus-em-sp.shtml>